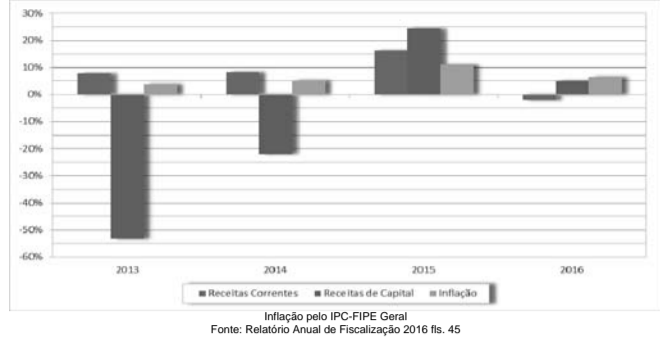
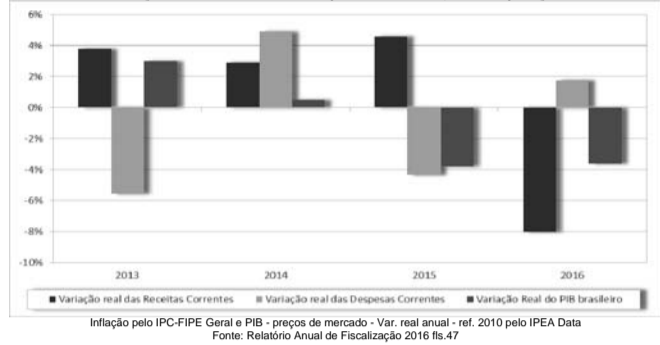


Gráfico 4.1 - Taxas de variação anual das receitas por categoria econômica em comparação com a inflação



De 2013 a 2015, as receitas correntes apresentaram taxas de crescimento superiores ao crescimento da economia. Já em 2016, em meio ao cenário de recessão no país, as receitas correntes sofreram queda real de 8,0% (menos R\$ 3,7 bilhões), percentual superior à própria variação negativa do PIB.

Gráfico 4.4 - Taxa de variação real das receitas e despesas correntes, em comparação com o PIB brasileiro



As receitas da Prefeitura alcançaram R\$ 43,9 bilhões em 2016, o que representa queda real de 7,8%, em decorrência principalmente da variação negativa nas receitas correntes (-8,0%), especialmente do ISS (-7,7% ou R\$ 987 milhões) e do ICMS (-8,0% ou R\$ 464 milhões), impostos que refletem a atividade econômica.

Quadro 4.2 - Receitas da PMSP, variações nominais e reais (preços de 2016) Em R\$ milhões

RECEITAS	2015	2015 (preços de 2016)	2016	Δ% (nominal)	Δ% (constante)
RECEITAS CORRENTES	43.418	46.257	42.552	-2,0%	-8,0%
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.328	23.788	23.375	4,7%	-1,7%
ISS	12.077	12.867	11.880	-1,6%	-7,7%
IPTU	6.481	6.904	7.502	15,8%	8,7%
ITBI	1.791	1.909	1.750	-2,3%	-8,3%
IRRF	1.671	1.781	1.945	16,4%	9,2%
Outras receitas tributárias	308	328	298	-3,3%	-9,2%
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	313	334	536	71,0%	60,5%
RECEITA PATRIMONIAL	2.219	2.364	1.384	-37,6%	-41,5%
RECEITA DE SERVIÇOS	426	454	382	-10,3%	-15,8%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.255	14.122	13.565	2,3%	-3,9%
Cota-Parte do ICMS	5.462	5.819	5.355	-2,0%	-8,0%
Fundeb Estadual	3.066	3.267	3.147	2,6%	-3,7%
Cota-Parte do IPVA	1.867	1.989	1.959	4,9%	-1,5%
Repasse SUS União	1.510	1.609	1.721	14,0%	7,0%
Repasse FNDE União	563	599	562	-0,2%	-6,3%

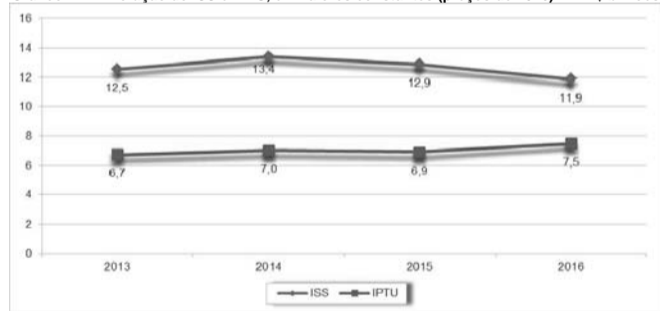
Fundeb União	263	280	305	15,9%	8,8%
FPM	202	215	237	17,2%	10,0%
Demais Transferências Estaduais	123	131	122	-0,4%	-6,6%
Demais Transferências da União	130	139	124	-4,6%	-10,5%
Outras transferências	40	43	23	-44,1%	-47,5%
Convênios	30	32	12	-60,3%	-62,7%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.863	5.181	3.310	-31,9%	-36,1%
Multas de Trânsito	964	1.027	1.451	50,6%	41,3%
Dívida Ativa	1.289	1.373	768	-40,4%	-44,0%
Outras receitas	789	841	652	-17,4%	-22,4%
Depósitos Judiciais-LC151/2015	1.716	1.828	366	-78,7%	-80,0%
Demais Multas	105	112	72	-31,9%	-36,1%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13	14	0	-98,9%	-99,0%
RECEITAS DE CAPITAL	1.270	1.353	1.333	5,0%	-1,5%
Operações de Crédito	19	21	69	259,4%	237,3%
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	81	86	9	-88,7%	-89,3%
Transferências de Capital	603	643	807	33,7%	25,5%
Outras Receitas de Capital	551	587	448	-18,7%	-23,7%
Receitas Intra-Orçamentárias	16	17	-	-100%	-100%
Total	44.688	47.610	43.885	-1,8%	-7,8%

Inflação pelo IPC-FIPE Geral
Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.49

Os dados mostram que 2016 foi o ano em que o total das receitas correntes realizadas ficou mais próximo dos valores previstos (100,2% do previsto). Já as receitas de capital mantiveram os baixos percentuais de realização dos anos anteriores, atingindo apenas 17% do montante preconizado no Orçamento.

Os principais tributos dentro da competência tributária da PMSP são o ISS e o IPTU. A queda na arrecadação do ISS está ligada ao arrefecimento da economia a partir de 2014, enquanto no IPTU houve alterações tributárias que aumentaram a arrecadação, dentre as quais a atualização da planta genérica de valores.

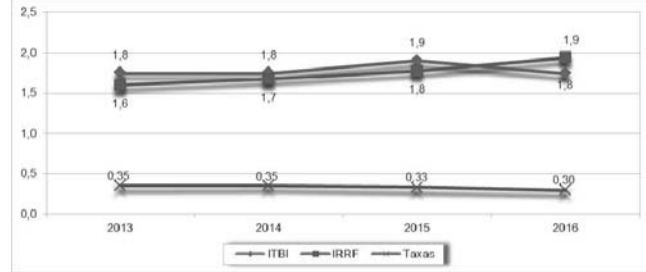
Gráfico 4.7 - Evolução do ISS e IPTU, em valores constantes (preços de 2016) Em R\$ bilhões



Inflação pelo IPC-FIPE Geral
Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.54

Com o cenário econômico recessivo, de redução na renda e piora nas condições de financiamento, a quantidade e o valor das transações que geram o ITBI foram afetados. Note-se que o aumento de alíquota de 2% para 3%, efetivada a partir de abril de 2015, não conseguiu evitar a queda de arrecadação real registrada em 2016. Já o Imposto de Renda Retido na Fonte incide sobre a folha de pagamento da PMSP e a arrecadação do tributo acompanhou o aumento das despesas de pessoal. Nessa conjuntura, a arrecadação do IRRF acabou por ultrapassar o ITBI.

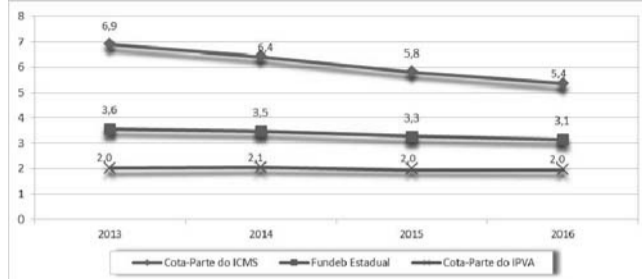
Gráfico 4.8 - Evolução do ITBI, IRRF e taxas, a valores constantes (preços de 2016) Em R\$ bilhões



Inflação pelo IPC-FIPE Geral
Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.55

As receitas de transferências são constituídas, basicamente, pelos diversos repasses que o ente municipal recebe da União e do Estado.

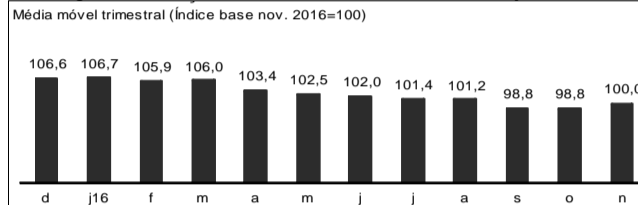
Gráfico 4.9 - Evolução das transferências correntes estaduais, a valores constantes (preços de 2016) Em R\$ bilhões



Inflação pelo IPC-FIPE Geral
Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.56

O grande ponto a se destacar consiste na tendência de queda, em termos reais, da Cota-Parte do ICMS. O Relatório da Receita Tributária do Governo Estadual (SEFAZ-SP) mostra a queda real na arrecadação entre 2015 e 2016. O Relatório apresenta também a média móvel trimestral dessazonalizada, entre o final de 2015 e 2016, onde se observa que a queda na arrecadação ocorreu durante todo o ano de 2016, com uma discreta melhora no final do exercício.

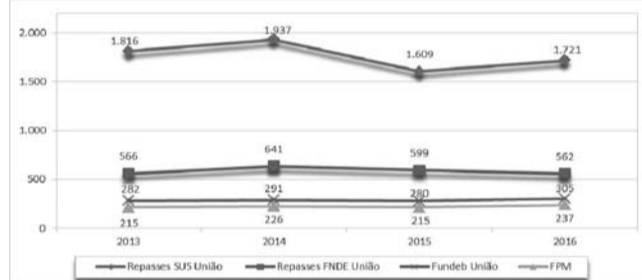
Figura 4.3 - Média móvel trimestral dessazonalizada da Arrecadação do ICMS



Fonte: Base de dados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. NOTAS (a) Série dessazonalizada. Excluídos os valores arrecadados pelas anistias. Dados do último mês são provisórios. Deflator: IPCA, considerando a inflação do mês do recolhimento.
Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.57

Já as transferências da União apresentaram comportamento relativamente estável, com exceção dos repasses para o SUS, que após uma redução significativa, em 2015, foram parcialmente recompostos em 2016.

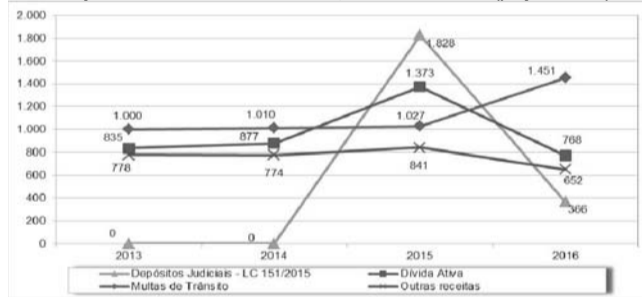
Gráfico 4.10 - Evolução das transferências correntes da União, a valores constantes (preços de 2016) Em R\$ milhões



Inflação pelo IPC-FIPE Geral
Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.57

O comportamento da fonte "Outras Receitas Correntes" apresentou grande variabilidade ao longo do período 2013-2016. Em 2016, as maiores reduções ocorreram na receita advinda dos Depósitos Judiciais (LC nº 151/2015) e da Dívida Ativa, que tiveram componentes de receitas extraordinárias em 2015 (PPI e Depósitos Judiciais não Tributários), os quais não se repetiram na mesma proporção em 2016. Já o maior acréscimo decorreu do aumento das multas de trânsito, refletindo o aumento da fiscalização, com destaque para o maior número de radares, além de medidas como a redução dos limites de velocidade.

Gráfico 4.11 - Evolução das "Outras Receitas Correntes", a valores constantes (preços de 2016) Em R\$ milhões



Inflação pelo IPC-FIPE Geral
Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.58

A arrecadação das receitas de capital, em termos reais, foi em patamar equivalente ao de 2015, com queda real da ordem de 1,5%.

DESPESA

No exercício de 2016, a PMSP efetuou empenhos de R\$ 37,3 bilhões e realizou transferências financeiras de R\$ 8,5 bilhões aos órgãos da Administração Indireta e ao Poder Legislativo, totalizando gastos da ordem de R\$ 45,8 bilhões. Na comparação com o exercício anterior, o total das transferências teve um aumento nominal de 11,5%, correspondendo a um acréscimo real de 4,6%. O total gasto em 2016 apresenta queda de 1,5% em relação a 2015.

Quadro 4.7 - Gastos por categoria econômica e transferências financeiras Em R\$ milhões

Despesa	2015	2015 v. c.	2016	Δ% (nominal)	Δ% (real)
Despesas Correntes	29.870	31.823	32.387	8,4%	1,8%
Despesas de Capital	6.101	6.500	4.867	-20,2%	-25,1%
Total Empenhado (PMSP)	35.972	38.324	37.254	3,6%	-2,8%
Transferências Financeiras	7.666	8.167	8.546	11,5%	4,6%
Total Gasto	43.638	46.491	45.801	5,0%	-1,5%

Obs.: v.c. = valores constantes (preços de 2016 calculados pelo IPC-FIPE Geral). As Transferências Financeiras correspondem ao repasse líquido, ou seja, descontadas as devoluções.
Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.61

A redução ocorreu nas despesas de capital, com queda real de significativos 25,1% e forte impacto sobre os investimentos. O percentual da receita destinado a investimentos, que se mantinha próximo a 10%, caiu para 6,6%.

Quadro 4.8 - Percentual da receita investido, em valores nominais Em R\$ milhões

Investimentos / Receita	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Arrecadada	34.819	35.829	38.393	44.688	43.885
Investimentos	3.515	3.685	4.045	4.333	2.894
% Investimentos/Receita	10,1%	10,3%	10,5%	9,7%	6,6%

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.62

Ao contrário da despesa corrente, cuja realização vem ocorrendo em consonância com os valores totais fixados, a PMSP demonstra dificuldade recorrente para a realização das despesas de capital. Somente 50,2% da despesa de capital fixada foram realizados em 2016.

As despesas de capital apresentaram aumentos de 2013 a 2015, mas, em 2016, abaixo da inflação. Já em 2016 houve uma forte variação negativa. Por outro lado, as despesas correntes apresentaram aumentos reais em 2014 e em 2016. Nesse